



POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIADEMA (SP)

Paula Rafaela Ferreira Barbosa

UFABC

paularafaelafb@gmail.com

Salomão Barros Ximenes

USP

salomaoximenes@gmail.com

Ana Clara Tomaz Carneiro

UFABC

anaclaratomazcarneiro@gmail.com

Financiamento: FAPESP

Resumo

Aprovado pela Lei nº 13.005/2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 constituiu um marco na articulação federativa da política educacional brasileira, ao estabelecer metas e diretrizes a serem assumidas pelos entes federativos. Entre suas inovações, destaca-se a institucionalização de mecanismos de monitoramento e avaliação, com atribuições compartilhadas entre o Ministério da Educação, o Congresso Nacional, o Conselho Nacional de Educação, o Fórum Nacional de Educação e os entes subnacionais (PNE, Art. 5º, §2º). No contexto do Grande ABC, a atuação do Consórcio Intermunicipal — experiência pioneira de cooperação federativa horizontal e referência na regulamentação dos consórcios públicos no Brasil (Abrucio; Soares, 2001) — impulsionou a elaboração conjunta dos Planos Municipais de Educação e resultou no Plano Regional de Educação (PRE 2016–2026). Esse movimento reforçou o planejamento territorial colaborativo, alinhando metas locais a uma agenda coletiva. Como desdobramento dessa articulação, foi implementado em 2024 o Observatório Regional de Políticas Educacionais, previsto no PRE, com o objetivo de monitorar a execução dos planos municipais e regionais e fortalecer práticas de avaliação e

planejamento compartilhados. O monitoramento dos planos educacionais em nível municipal ainda constitui um campo em desenvolvimento, com destaque para estudos voltados à construção dos planos, participação de educadores e práticas de implementação (Lavigne, 2024; Raimann, 2020). Pesquisas apontam desafios locais, como a escassez de dados e as dificuldades em efetivar o regime de colaboração (Novais; Mendonça, 2020; Santos; Scaff, 2021; Santos; Silva; Lima, 2023). Outras abordagens concentram-se na análise de metas específicas em determinados territórios (Fernandes; Delou, 2021; Garrido et al., 2024). Nesse quadro, o trabalho desenvolvido no âmbito da pesquisa que dá base ao presente artigo permitiu avançar na discussão sobre a possibilidade efetiva de monitoramento das metas do PNE no nível municipal, tendo como base a análise do PME de Diadema, adotado como caso-piloto do estudo (Travitzki; Ximenes; Barbosa, 2025). O município foi escolhido por contar com um observatório local dedicado ao monitoramento do seu Plano Municipal de Educação (PME). A metodologia combinou revisão bibliográfica, análise documental e realização de grupos operativos com a equipe gestora do plano. O objetivo central é identificar os mecanismos de monitoramento implementados, as estruturas envolvidas, os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para alinhar as políticas educacionais às metas do plano. Embora o PME de Diadema tenha sido aprovado em 2016, seu monitoramento iniciou-se somente em 2022, com a criação da Comissão Coordenadora de Monitoramento. Composta por representantes do Conselho Municipal de Educação, do Fórum Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação, essa comissão passou a coordenar ações de acompanhamento por meio de espaços de escuta, coleta e sistematização de dados articulados à gestão educacional. O plano é concebido como uma ferramenta diagnóstica da rede de ensino, orientando a formulação de políticas públicas a partir dos desafios identificados (Brasil, 2025). A etapa de diagnóstico é essencial para estabelecer um marco zero da realidade local, a partir do qual é possível avaliar, posteriormente, os efeitos das intervenções sociais (Jannuzzi, 2005). No caso de Diadema, a efeitos de estudo do piloto, para além dos indicadores quantitativos, o monitoramento qualitativo — ancorado nas estratégias do PME — exigiu uma articulação contínua com as equipes responsáveis pelos programas educacionais em curso. Por isso, desenvolveu-se uma metodologia específica, que demandou integração entre o Observatório e as equipes técnicas da SME. Entre os

principais entraves identificados no processo de monitoramento do PME, destaca-se a dificuldade da equipe técnica em sistematizar as informações necessárias à vinculação entre programas existentes e as metas e estratégias do plano. Muitos programas foram concebidos de forma descentralizada, em diferentes momentos e sem interlocução direta com o Observatório, o que dificultou o mapeamento e a organização dos dados. Uma hipótese para o desafio de encontrar resultados concretos — expressos em programas — correspondentes a cada estratégia do plano diz respeito ao caráter transversal de grande parte das ações implementadas, que frequentemente respondem, de forma simultânea, a múltiplas metas e estratégias. Essa multiplicidade de vínculos dificultou a identificação de correspondência direta entre cada programa e um item específico do PME. Outra hipótese é a possível limitação de apropriação institucional, por parte das equipes técnicas, do conteúdo, da lógica interna e da função estratégica do PME. Como resposta, o Observatório articulou a formação das comunidades escolares com a construção de Projetos Político-Pedagógicos Participativos (PPPP), incentivando o planejamento coletivo, a definição de metas e a cultura de avaliação. Essas ações se concretizam em reuniões com professores, gestores, estudantes e famílias, criando espaços inclusivos de escuta e definição conjunta de ações. A formação docente, nesse cenário, passou a integrar um processo contínuo de reflexão e aprimoramento, articulado ao monitoramento do PME. A institucionalização da Comissão Coordenadora de Monitoramento e a atuação do Observatório da Educação contribuíram para a criação de espaços de escuta e sistematização de dados, permitindo que as ações formativas dialogassem diretamente com as necessidades identificadas no plano. No entanto, ainda persiste o desafio de alinhar essas ações às demandas cotidianas dos professores e às prioridades estabelecidas pelo PME. A construção dos PPPP possibilitou o envolvimento dos docentes em diagnósticos coletivos e no redesenho de estratégias pedagógicas, transformando o monitoramento em uma ferramenta de formação em serviço. A experiência do município evidencia que o acompanhamento sistemático do PME, além de permitir a avaliação do cumprimento das metas, favorece a consolidação de uma cultura de avaliação participativa e democrática. Em síntese, o caso de Diadema revela importantes avanços na institucionalização dos processos de monitoramento e avaliação do plano municipal, ao mesmo tempo em que explicita desafios persistentes na coordenação entre diagnóstico,



planejamento e execução das políticas educacionais. As práticas desenvolvidas no município contribuem diretamente para o fortalecimento do Observatório Regional previsto no PRE ao expor potencialidades e desafios na implementação de processos sistemáticos e colaborativos de avaliação de políticas e metas educacionais.

Palavras chave: Plano Municipal de Educação, Observatório Regional de Políticas Educacionais, Grande ABC.

Referências

BRASIL. **Lei n. 13.005/2014.** Institui o Plano Nacional de Educação (PNE).

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Diagnóstico da Educação Nacional.** 2. ed. Brasília: Editora Anpae, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pne/documentos/diagnostico-educacao-nacional.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2025.

ABRUCIO, F. L.; SOARES, M. **Redes federativas no Brasil:** cooperação intermunicipal no Grande ABC. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC [CIGABC], FÓRUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO [FRE]; UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC [UFABC]. **Plano Regional de Educação 2016-2026.** Santo André, SP: CIGABC / FRE / UFABC, 2016.

FERNANDES, Ediclêa Mascarenhas; DELOU, Cristina Maria Carvalho. **Planos Municipais de Educação do Rio de Janeiro:** Análise Comparativa da Meta IV do Plano Nacional de Educação - Vol. 1. Rio de Janeiro: Hypatia, 2021. v. 1

GARRIDO, Noêmia de Carvalho et al. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME E O RECORTE DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE BOITUVA/SP: ALGUMAS PROJEÇÕES. **Anais do V Colóquios de Política e Gestão da Educação**, v. 5, p. 150–168, 2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil.** Brasília: ENAP, 2005. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/1489>. Acesso em: 8 ago. 2025.

TRAVITZKI, R.; XIMENES, S. B.; BARBOSA, P. R. F. Monitoramento do Plano Nacional de Educação no nível municipal: possibilidades e limites. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 22, n. 9, p. e17799, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n9-025. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/17799>. Acesso em: 8 ago. 2025.



LAVIGNE, Roberta Souza Passos. **Monitoramento colaborativo do PME: indicadores sociais como dispositivos para qualificação da educação no ensino fundamental, da Rede Municipal de Camamu/BA. Produção Técnica -Tecnológica (Mestrado Profissional em Educação)**—Salvador: UFBA, 2024.

NOVAIS, Edcleide da Silva Pereira; MENDONÇA, Daelcio Ferreira Campos. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGUAÍ/BA: DO GOLPE DE 2016 AO CONTEXTO DO COVID-19. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)**, v. 1, n. 1, p. 86–110, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22481/poliges.v1i1.8264>

RAIMANN, Elizabeth Gottschalg. Avaliando o plano municipal de educação: monitoramento e controle social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. 1, p. 810–824, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp.1.13351>

SANTOS, Rosângela dos; SCAFF, Elisângela Alves da Silva. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DECENAIIS DE EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ZONA DA MATA MINEIRA. **Revista Exitus**, v. 11, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2015v1n1ID1659>

SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira; SILVA, Débora Aparecida Martinho; LIMA, Paulo Gomes. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TATUÍ/SP:: ELABORAÇÃO E MONITORAMENTO DO PME. **Ensaio Pedagógicos**, v. 7, n. 3, p. 129–141, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14244/enp.v7i3.331>